
Panorama da desigualdade de renda e sua decomposição por fontes no Brasil para o período de 2004 a 2015

Evanio Mascarenhas Paulo¹

 <https://orcid.org/0000-0002-4095-1762>

Christiane Luci Bezerra Alves²

 <https://orcid.org/0000-0001-5987-6814>

Anderson Alcântara Medeiros³

 <https://orcid.org/0000-0001-8155-2509>

Recebido em: 20/12/2021

Aprovado em: 25/04/2022

Resumo

O estudo dedica-se à análise da contribuição de diferentes parcelas do rendimento domiciliar para a redução da desigualdade no Brasil, entre 2004 e 2015. O objetivo é diagnosticar aqueles componentes que mais contribuíram para reduzir as distorções sociais. Para isso, utilizam-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A variação da concentração é decomposta nas seis parcelas, a seguir: rendimento do trabalho; aposentadoria e pensões públicas; aposentadorias e pensões privadas; aluguéis; abono e doações e outros rendimentos. Essa última fonte inclui rendas obtidas através dos programas assistenciais e desempenha interesse especial na pesquisa. Constata-se, no estudo, que a desigualdade de renda, que em 2004 era de 0,566, declina, em 2015, para 0,512. Adicionalmente, as fontes de renda que mais contribuíram para a redução da desigualdade foram: as rendas oriundas do trabalho e das aposentadorias e pensões públicas, além da parcela de outros rendimentos, com uma contribuição importante de 18%, o que reforça a notoriedade dos programas sociais para a redução da desigualdade.

Palavras-chave: desigualdade de renda; índice de gini; decomposição por fontes.

JEL Classificação: D30; D31; D33

¹ Doutorado em Economia-PUC(RS). Professor na Universidade Federal de Roraima. E-mail: evanio_paulo@hotmail.com

² Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFC. Mestrado em Economia-UFPb. Professora na Universidade Regional do Cariri. E-mail: chisluci@gmail.com

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana - Universidade Regional do Cariri. E-mail : andersonalcmed@hotmail.com

Panorama of income inequality and its decomposition by sources in Brazil for 2004 and 2015

Abstract

The study is dedicated to the analysis of the contribution of different parts of household income to the reduction of inequality in Brazil, between 2004 and 2015. The objective is to diagnose those components that contributed most to reduce social distortions. For this, data from the National Household Sample Survey (PNAD) are used. The variation in concentration is broken down into the following six portions: income from work; public retirement and pensions; pensions and private pensions; rents; allowance and donations and other income. This latter source includes income obtained through assistance programs and has a special interest in research. The study finds that income inequality, which in 2004 was 0.566, declines in 2015 to 0.512. Additionally, the sources of income that most contributed to the reduction of inequality were: income from work and public pensions and pensions, in addition to the share of other income, with an important contribution of 18%, which reinforces the notoriety of the programs to reduce inequality.

Keywords: income inequality; gini index; decomposition by sources.

JEL Code: D30; D31; D33

Introdução

A desigualdade de renda sempre representou um ponto de latência no contexto social brasileiro, em virtude de o país ocupar as primeiras posições em *ranks* internacionais de desigualdade, conforme Ferreira (2000). No contexto recente, a literatura aponta para avanços na redução das assimetrias sociais no Brasil. Todavia, segundo Paulo (2019), tais avanços ocorrem de maneira insuficiente para romper, de modo pragmático, com o quadro histórico de desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira.

As causas dessa desigualdade crônica, por sua vez, estão associadas aos mais variados e complexos eventos que não só a forjaram como também garantiram sua manutenção. Para Ferreira (2000, p. 135), “num país cujo desenvolvimento econômico colonial baseou-se nos pilares gêmeos de uma enorme concentração inicial da propriedade fundiária e da importação maciça de mão-de-obra escrava”, a desigualdade era uma sequência, dadas as vias do processo de acumulação de capital nacional. Essas assimetrias, portanto, não demorariam a se fazer presentes nesse contexto. Ainda para o autor, a desigualdade foi, em certa medida, uma escolha, haja vista que parte de projeto político-econômico nacional historicamente se sustentou num modelo concentrador de renda, elemento que era considerado importante na lógica de geração de escalas para os investimentos.

Outra questão relevante, que apontam Hoffmann (2007) e Barros *et al.* (2010), diz respeito à sinergia entre desigualdade e pobreza. Assim, se o país é marcado por profundos problemas de distribuição de renda, estes também são agravados pelo acentuado nível de pobreza. Isso permite concluir que grande parte da população se encontra fora de ciclos formais de produção no Brasil e que certamente, isso afeta seus padrões de qualidade de vida e bem-estar e participação no mercado de trabalho (ESTEVEZ; PERO; DUQUE, 2001). Desse modo, o conceito de desigualdade sintetiza não só a má distribuição da renda, ao estar mais amplamente relacionado a diferenciais de acesso à educação, moradia, serviços, emprego, bens de consumo, terra, relações de poder e de influência social (PRATA, 1994).

Adicionalmente, ainda que se haja reduzido, o nível de desigualdade permanece alto no Brasil, com o país se configurando entre os mais desiguais do mundo. Adicionalmente, para Paulo (2019), ações estruturais que promovam uma equidade social consistente, como políticas de Educação e Trabalho Decente, ainda são timidamente implementadas. Muito embora, se registre avanços também nesse campo de políticas, contudo, insuficientes para sustentar uma redução prolongada da desigualdade.

Na evolução recente da desigualdade, para Araújo (2014, p. 9), “a desigualdade de renda brasileira cresceu na década de setenta e se manteve elevada até a metade da década de noventa”. No entanto, a introdução de um contexto de maior estabilidade monetária, na segunda metade dos anos 1990 e a implementação de políticas efetivas de transferências de renda nos anos 2000, associadas à queda na taxa de desemprego e nos níveis de informalidade, além de aumento da renda do trabalho com a valorização real do salário-mínimo, permitiram um período contínuo de redução mais intensa da desigualdade. Destarte, conforme Barros, Foguel e Ulysea (2006), a desigualdade de renda familiar *per capita* caiu de forma contínua e substancial, alcançando, em 2014, seu menor nível nos últimos trinta anos.

Em adição, estudos sobre desigualdade social, inclusive com análises de decomposição de sua variação, são bastantes comuns e diversos na literatura brasileira. Todavia, estudos que analisam de modo consolidado o período de 2004 e 2015, onde se processa a maior redução da desigualdade no Brasil, ainda são relativamente escassos. Há que se considerar também, que o escolha do período inicial e final tem impactos na magnitude dos efeitos, como se verá mais adiante. Assim, esse trabalho ao apresentar uma decomposição consolidada do fim de um processo de melhoria na distribuição de renda domiciliar *per capita* no Brasil visa contribuir para o debate e compreensão desse ciclo.

Nessa perspectiva, esse trabalho objetiva, em termos gerais, apresentar um esquema de decomposição da variação da desigualdade por fonte de renda no Brasil. Já de modo mais específico, objetiva-se descrever um panorama da economia brasileira no período focado nas ações de promoção de equidade social, apresentar um quadro geral da evolução da desigualdade no Brasil e, finalmente, apresentar a decomposição da variação da desigualdade por fontes. Assim, será possível observar quais parcelas do rendimento estão associados a uma maior tendência à desconcentração, bem como aquelas que permitem à desigualdade uma maior resiliência. Nessa linha, considera-se o rendimento total *per capita* das famílias como a soma de seis fontes: renda de todos os trabalhos; renda de aposentadorias e pensões públicas; renda de aposentadorias e pensões privadas; aluguéis; doações e

abonos; e, por fim, outros rendimentos, que incluem as transferências de renda assistencial do governo.

Para tanto, o texto encontra-se dividido em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta um breve contexto macroeconômico recente e sua relação com os diferenciais de renda, bem como uma descrição de sua evolução. Em seguida, apresenta-se o método de decomposição da variação do Gini. Na quarta seção, analisa-se os dados obtidos com o objetivo de compreender e mensurar quais parcelas exerceram maior influência sobre a variação da concentração, observando quais foram responsáveis pela redução da desigualdade. Por fim, as principais conclusões serão apresentadas na seção final deste trabalho.

Notas sobre o contexto macroeconômico e desigualdade

A crise estrutural e sistêmica do capitalismo, nos anos 1970, apresenta novas matrizes teóricas e caminhos epistemológicos que permitem uma releitura da natureza do desenvolvimento, que vai desde o resgate do arcabouço teórico, sugerido pela teoria clássica, através do neoliberalismo, até novas interpretações onde é incorporada, de maneira mais explícita, a necessidade de promoção de justiça social, com reparação dos padrões históricos de desigualdade e exclusão (RODRIGUES; ALVES; PINHEIRO, 2014).

Nesse sentido, Furtado (1983), sem perder a referência da análise do processo de desenvolvimento e das formas históricas de superação do atraso, aponta que a redução das desigualdades sociais deixa de ser uma mera consequência, como interpretado anteriormente, e passa a ser uma condição necessária para o desenvolvimento econômico.

Barros, Henriques e Mendonça (2001) afirmam que as políticas de crescimento econômico devem estar associadas a políticas de redução das desigualdades de renda, haja vista que a pobreza possui elevada sensibilidade à redução das desigualdades. Isso possibilita haver mais crescimento e desenvolvimento econômico e de maneira mais eficiente. Assim, o estudo das desigualdades sociais se torna o centro de diversos estudos contemporâneos, como uma forma de compreensão social e econômica mais ampla.

O enfoque dos diversos tipos de desigualdades é bastante plural no espectro das Ciências Sociais. Desse modo, é possível que sejam analisadas a desigualdade de tratamento, de liberdades, de oportunidades, de condições ou de tantas outras dimensões. Este artigo, no entanto, propõe-se a estudar a desigualdade pela ótica da distribuição da renda, que utiliza como base o rendimento familiar mensal *per capita*, haja vista a “renda ser o resultado mais facilmente mensurável, bem como um dos principais determinantes dos demais” (BARROS; FOGUEL; ULYSSEA, 2006, p. 26).

Na década de 1960, as assimetrias na distribuição de renda mostravam uma trajetória ascendente. A despeito de taxas aceleradas de crescimento econômico nas últimas etapas do Processo de Substituição de Importações, particularmente de forma mais ostensiva durante o “milagre brasileiro” (1968-73), a desigualdade persiste e recria-se, sendo, de certo modo, base de sustentação, pelo menos na narrativa política, do modelo de crescimento do período. Portanto, entre as décadas de 1960 e 1980, a desigualdade social cresceu demasiadamente, passando de 0,504, em 1960, para 0,561, em 1970, e 0,592, em 1980, em termos do índice de Gini (ROCHA, 2012).

Isso acentua, no Brasil, características do subdesenvolvimento, uma vez que, devido ao avanço da acumulação de capitais proporcionado pela modernização adotada em países subdesenvolvidos, as desigualdades sociais tendem a se agravar (FURTADO, 1983).

Por sua vez, a recessão experimentada pela economia brasileira, no início dos anos 1980, associada ao choque ortodoxo imposto pelos desequilíbrios externos e pela crise da dívida externa, de 1982, aprofunda o contexto de assimetrias sociais. Entre 1984-86, segundo Ferreira (2000), o Brasil passou por uma pequena redução da desigualdade que fora logo interrompida pela instabilidade do Plano Cruzado e pelo insucesso das tentativas heterodoxas de estabilização, apresentando o pico global da série do Gini (0,62) já no ano de 1989.

A Constituição Federal de 1988 “representou significativo avanço rumo à universalização de direitos sociais, através de expressiva alteração da intervenção social do Estado” (RODRIGUES; ALVES; PAULO, 2012, p. 60). Todavia, a implementação das novas garantias sociais foi limitada pelo quadro macroeconômico que, juntamente com as reformas neoliberais, impôs pesados ajuste à economia doméstica. Apesar de leve redução da desigualdade entre 1989-90, não se observou redução da pobreza. Uma vez que para que isso ocorresse era necessário que a renda dos mais pobres crescesse. De modo geral, o choque recessivo do Plano Collor, através da ortodoxia fiscal e principalmente do choque monetário, ocorreu acompanhado pelo empobrecimento geral, com perdas maiores para as classes dominantes (CARVALHO, 2003; SOARES, 2006). No campo social, o governo impõe certa obstrução dos novos direitos sociais inscritos na Constituição (CASTRO; CARDOSO JÚNIOR, 2005).

A década de 1990 fora marcada por uma redução das distorções sociais no Brasil, “com uma redução idiossincrática em 1992, e uma mais permanente após a estabilização da economia com o Plano Real” (FERREIRA, 2000, p. 3). Conforme Rocha (2003), a proporção de pobres, que atingira 30,37%, em 1993, apresentou queda expressiva no período logo após a implementação do plano, e atingiu 20,57% em 1995, induzida pela recuperação da renda real dos extratos mais pobres, que por sua vez estava associada à retomada do crescimento e à queda da inflação. “Desta forma, os ganhos com o fim do imposto inflacionário, a melhora na performance do nível de atividade, associados a uma política de recuperação do salário-mínimo irradiam efeitos positivos sob a questão distributiva no Brasil” (RODRIGUES; ALVES; PAULO, 2012, p. 72).

Um conjunto de novas políticas sociais, relativas aos direitos assegurados na nova constituição, foi impulsionado particularmente nos governos que a sucederam, como é o caso do Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação implementados no governo de FHC e que posteriormente foram fortalecidos e unificados no Bolsa-Família, do governo Lula. A partir de desequilíbrios da estrutura do programa de estabilização e das crises externas na segunda metade dos anos de 1990, a economia brasileira já não apresentava o mesmo desempenho, e a redução da pobreza não permaneceu nos anos posteriores. Nesse período, a proporção de pobres fica em torno de 20% (ROCHA, 2003).

O cenário inicial do primeiro mandato de Lula fora desfavorável. Fagnani (2011) afirma que a desconfiança em relação ao presidente operário e ao Partido dos Trabalhadores, junto à inflação que atingiu, em 2002, uma taxa de 12,5%, uma taxa Selic de 25%, reservas internacionais em seu menor nível desde 1994, baixo

crescimento e despesas com juros em 9% do PIB. Essa situação pressionou o governo a dar continuidade ao tripé macroeconômico que caracterizou o segundo governo FHC. O contexto desfavorável guiou, portanto, o início do governo para a realização de severas contenções orçamentárias, aumento da carga tributária e elevação do superávit primário, que resultou em baixo crescimento econômico de apenas 1,1% (SILVEIRA, 2018).

Do ponto de vista das distorções de renda, essa primeira fase do governo Lula acaba por trazer uma perspectiva otimista, tendo a desigualdade caído de forma contínua e substancial entre 2001 e 2004, atingindo o menor nível nos últimos 30 anos. Diferente do que ocorrera no início dos anos 1990, tal declínio fora resultado de uma redução da pobreza e da extrema pobreza, frutos ainda das políticas adotadas para a contenção da inflação e retomada do crescimento com o Plano Real (BARROS; FOGUEL; ULYSSEA, 2006).

Entretanto, ainda que se tenha apresentado uma redução dos hiatos de renda, o fato é que ainda há muito a evoluir para que seja comparável ao nível de distribuição de países desenvolvidos e ainda longe da meta que se pretende alcançar, representando os primeiros passos rumo a este objetivo. Esta redução se dá principalmente pelas políticas adotadas nos dois governos Lula e primeiro governo Dilma, que se estendem de 2003 até 2014.

Uma maior flexibilidade na política econômica será sentida entre 2004 e 2008, onde se registram: crescimento do PIB em média 4,8% ao ano (um valor elevado quando comparado ao baixo crescimento médio anual de 2,2%, entre 1995 e 2002); a taxa de desemprego menor que em anos anteriores; os níveis de investimento elevaram-se a taxas superiores ao PIB; a produtividade do trabalho na indústria cresceu vigorosamente e a inflação permaneceu nos patamares estabelecidos pelo Banco Central (ARAÚJO; PIRES, 2010; CARDOSO JÚNIOR, 2009).

A retomada do crescimento em 2004, somada às condições que possibilitam a retomada do investimento por meio do PAC, permitem que a confiança dos agentes seja conquistada. Isso viabiliza um crescimento contínuo (ARAÚJO; PIRES, 2010). Desde então, observa-se que políticas que ampliam o consumo das classes menos favorecidas são capazes de impulsionar o crescimento econômico, ao reduzirem as distâncias entre os extratos sociais.

Com isso, essa nova postura proporcionou um período mais prolongado de redução das desigualdades sociais. Destacam-se, ademais, os efeitos propulsores do crescimento da economia mundial, associado ao aumento dos preços de *commodities*, proveniente do crescimento da demanda externa no contexto da expansão comercial chinesa, que contribuem para elevar as exportações brasileiras e aumentar a liquidez do país (BARBOSA; SOUZA, 2010).

A eclosão da crise do *subprime*, no final de 2008 impôs aos países, de maneira geral, um período de recessão econômica. No Brasil, a adoção de um conjunto de políticas anticíclicas amortece o efeito da crise sobre o mercado interno. Ressalta-se, dentre elas, o anúncio da redução na meta do superávit primário, em março de 2009, o que permitiu a manutenção e ampliação das modalidades de transferências de renda.

O ano de 2011 marca o início do governo de Dilma Rousseff, que ao manter a equipe econômica e a estratégia estabelecida, aponta para a continuidade da agenda do governo anterior. Já no que diz respeito ao tripé macroeconômico, o governo Dilma

apresentou certas especificidades. A manutenção de medidas restritivas de política monetária e fiscal, iniciadas no final de 2010, foi usada para conter a atividade econômica e evitar novo processo inflacionário, resultando em substanciais reduções nas taxas de juros real e nominal. Assim, mesmo não abandonando o regime de metas de inflação, a mudança é mais explícita. (LOPREATO, 2015).

Estrutura de decomposição e base de dados

A evolução das disparidades de renda no Brasil pode ser vista a partir das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD's), realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essas pesquisas permitem construir vários indicadores que retratam a distribuição de renda. Essa seção busca estabelecer um conceito operacionalizável de rendimento agregado sob o qual se possa construir indicadores de desigualdade e decompor sua variação por fontes de rendimento. Assim, o rendimento mensal domiciliar *per capita* pode ser expressa como uma soma de diversas fontes, como em Hoffmann (2007). Com isso, essa análise parte da seguinte equação:

$$Y = TRA + APG + APP + ALU + DOU + TRS \quad \text{Eq. 01}$$

Em que: Y corresponde ao somatório da renda domiciliar *per capita* de todas as fontes, fornecido pela PNAD; TRA representa a soma da renda de todos os trabalhos (variáveis v9535, v9532, v9982, v9985, v1022 e v1025, avaliadas em seus níveis *per capita*); APG é a soma das rendas de aposentadorias e pensões públicas (variáveis v1252 e v1255, em termos *per capita*); APP é soma das aposentadorias e pensões privadas (variáveis v1258 e v1261, também *per capita*); ALU são as rendas obtidas por meio de aluguéis (variável v1267 *per capita*); DOU expressa as rendas de doações e abonos (nesse caso, a soma das variáveis v1264 e v1270, ambas em termos *per capita*) e, finalmente TRS (variável v1273 *per capita*) são aquelas rendas obtidas por meio de juros e dividendos, mas essas categorias também incluem rendimento de transferências de renda do governo, como a de programas de assistência social.

Dessa forma, o rendimento total domiciliar *per capita* corresponde a renda total de uma unidade familiar, dividida pelo total de membros da família. Logo, pode-se obter um algoritmo de concentração com base nas metodologias de distribuição de renda, como proposto em estudos como Lerman e Yitzhaki (1985) e López-Feldman, Mora e Taylor (2007). Deste modo, suponha que Y_i seja a renda agregada domiciliar do i -ésimo indivíduo, em um total formado por n e que as rendas estão ordenadas de maneira que $Y_1 \leq Y_2 \leq \dots \leq Y_n$. Assim, pode-se definir o índice de concentração de Gini como:

$$G = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^{n-1} (P_i - \Phi_i) \quad \text{Eq. 02}$$

Em que: P_i expressa a proporção acumulada da população e Φ_i representa a proporção acumulada da renda. Adicionalmente, sendo a renda total uma soma do rendimento das diversas fontes, é possível, por meio da análise de decomposição,

decompor a contribuição à variação de cada componente da renda agregada sobre o Índice de Gini. Logo, seria possível entender como um aumento da renda de cada componente impactaria a desigualdade. É possível obter um algoritmo de decomposição através da derivação básica do índice de desigualdade. Ademais, como o rendimento total é uma soma da renda das fontes, pode-se expressá-lo como se segue:

$$y_i = \sum_{h=1}^k y_{hi}$$

Uma vez que seja mantida a ordenação da renda, através de y_{hi} , que expressa a renda da fonte h do indivíduo i , pode-se obter a curva de concentração da h -ésima parcela que mostra como a proporção acumulada dessa parcela da renda varia em função da proporção acumulada da população. Adicionalmente, pode-se representar por β_h a área entre essa curva e o eixo das abscissas. E, então, a curva de concentração da fonte h pode ser expressa como se segue:

$$C_h = 1 - 2\beta_h$$

Como Φ_i é a participação da h -ésima parcela na renda total, é possível demonstrar que o índice de Gini pode ser decomposto em k componentes, correspondentes às k parcelas da renda, como se segue abaixo.

$$G = \sum_{h=1}^k \Phi_h C_h$$

No contexto da decomposição da variação, tem-se que a contribuição da h -ésima parcela da renda para a mudança no índice de Gini pode ser expressa em termos dos parâmetros associados, a saber: coeficiente de concentração da fonte e participação da fonte na renda total. Assim, tem-se:

$$\Delta G_h = (\bar{C}_h - \bar{G})\Delta\varphi_h + \bar{\varphi}_h\Delta C_h$$

Onde o primeiro termo da soma do lado direito representa o efeito-composição e está associado à mudança na participação da renda total de uma determinada fonte. Por sua vez, o segundo termo da soma do lado direito expressa o efeito-concentração e representa a mudança no coeficiente de concentração total que decorre de uma mudança na concentração particular da fonte. Por fim, o efeito-total é expresso com a soma do efeito-composição e efeito-concentração associado a cada fonte, como se segue:

$$\Delta G = \underbrace{\sum_{h=1}^k (\bar{C}_h - \bar{G})\Delta\varphi_h}_{\text{Efeito-composição}} + \underbrace{\sum_{h=1}^k \bar{\varphi}_h\Delta C_h}_{\text{Efeito-concentração}}$$

A vantagem dessa decomposição dinâmica do coeficiente de concentração é compreender como uma mudança nos níveis de rendimentos obtidos por meio de cada fonte afeta a desigualdade de renda total. Isso fornece uma percepção da estrutura de distribuição da renda por fonte.

Desigualdade de renda no Brasil

A tabela 1 apresenta um plano inicial da desigualdade no Brasil. Na segunda, terceira e quarta colunas, tem-se a razão entre as rendas apropriadas pelos 40% mais pobres e os 10% mais ricos, os 20% mais pobres e 10% mais ricos e os 10% mais pobres e 10% mais ricos, respectivamente. Na quinta coluna, encontra-se o índice de Gini. Como uma primeira síntese, nota-se uma redução prolongada da assimetria na distribuição de cerca de 9,5% no índice de Gini, que em 2004 correspondia a 0,566, atingindo 0,512, em 2015. Nota-se também, uma melhora nas razões entre as parcelas da renda apropriada pelos grupos selecionados. Esses dados confirmam uma série de estudos na literatura que apontam para uma tendência de redução da desigualdade nesse período.

Tabela 1 - Relações das rendas de grupos da população e coeficiente de Gini – 2004 /2015

Ano	40-10+	20-10+	10-10+	Gini
2004	20,3	6,4	2,3	0,566
2005	20,9	7,1	2,3	0,564
2006	22,0	7,1	2,4	0,558
2007	22,4	7,0	2,4	0,548
2008	23,4	7,6	2,5	0,539
2009	23,9	7,6	2,6	0,535
2011	26,0	8,3	2,8	0,524
2012	27,4	8,6	2,9	0,521
2013	27,0	8,7	2,9	0,519
2014	28,5	9,4	3,2	0,513
2015	27,9	8,9	3,1	0,512

Fonte: IBGE (2022).

Todavia, o hiato social brasileiro ainda permanece em níveis críticos. Mesmo com a melhora das razões relativas de apropriação, a renda dos 40% mais pobres alcança menos de 28% daquela apropriada pelos 10% mais ricos, enquanto os 10% mais pobres possuem uma renda mensal domiciliar *per capita* de pouco mais de 3% daquela dos indivíduos no topo da pirâmide social brasileira. Esses dados demonstram que, a despeito dos avanços registrados, ainda são grandes os desafios para construção de uma sociedade minimamente justa no Brasil.

Ainda sobre os dados da tabela 01, percebe-se que a redução dos diferenciais de renda é mais intensa entre os grupos intermediários, 20% e 40% mais pobres,

relação aos 10% na base. Vários elementos contribuem para esse movimento. No entanto, conforme Barros *et al.* (2010) e Paulo (2019), os fenômenos ligados ao mercado de trabalho, como o aumento real do salário mínimo, a redução da taxa de desemprego e a queda na informalidade, que tendem a ser mais sentidos por esses grupos intermediários, ajudam mais fortemente a explicar esse movimento.

Isso sugere que políticas de transferências direta de renda, com as que marcam o período estudado, possuem algum efeito sobre a redução da desigualdade, haja vista que a proporção da renda dos 10% mais pobres, grupo que relativamente mais se beneficia desse tipo de política, aumentou em relação aos 10% mais ricos; todavia, as transformações no mundo do trabalho, como aquelas observadas ao longo dos anos 2000, tem um impacto maior sobre a promoção da equidade social. A dimensão dos efeitos associados ao mercado de trabalho sobre a desigualdade ficará melhor estabelecida posteriormente, através da análise da decomposição.

Na tabela 02, são apresentadas as proporções da renda apropriada por segmentos selecionados. Mais uma vez, evidenciam-se as assimetrias sociais, com os 10% mais ricos da população apropriando-se de parcela significativa da renda. Por outro lado, o total da renda mensal domiciliar *per capita* dos 10% mais pobres corresponde a pouco mais de 1% da renda total. O nível de rendimento médio familiar desse grupo era de apenas R\$ 126,88 mensais, em 2015, sendo que algo próximo de 20 milhões de brasileiros se encaixavam nesse padrão de renda. Por outro lado, a renda média mensal dos 10% mais ricos era cerca de 33 vezes maior que isso. Adicionalmente, nota-se também um crescimento mais tímido da taxa de apropriação no grupo dos 10% mais pobres, passando de 1,1% para somente 1,3%, enquanto a proporção de apropriação dos outros segmentos mais intermediários registra um avanço bem mais significativo. Isso reforça a evidência apontada nos dados anteriores, que mostra que as camadas intermediárias da sociedade se beneficiaram mais dos fenômenos que explicam a queda recente da desigualdade.

Tabela 2 - Proporções relativas das rendas de grupos da população – 2004 /2015

Ano	10-	40-	50-	20+	10+
2004	1,1	9,3	14,1	61,9	45,8
2005	1,0	9,5	14,2	61,6	45,3
2006	1,1	9,8	14,7	60,4	44,3
2007	1,1	10,0	14,9	60,1	44,5
2008	1,1	10,2	15,5	59,7	43,8
2009	1,1	10,4	15,5	59,3	43,5
2011	1,2	10,9	16,4	57,8	42,0
2012	1,2	11,5	16,6	57,5	41,9
2013	1,2	11,3	16,7	57,4	41,9
2014	1,3	11,6	17,2	56,4	40,8
2015	1,3	11,5	17,0	56,6	41,0

Fonte: IBGE (2022).

Não obstante à distância que ainda separa os mais ricos dos mais pobres no Brasil, esse abismo diminuiu nos anos em estudo, uma vez que, em relação a 2004, a renda mensal dos mais ricos era cerca de 45 vezes maior que a do grupo mais

pobre. Adicionalmente, a proporção da renda apropriada pelos 10% mais ricos diminuiu cerca de 5 pontos percentuais, sendo ainda mais intensa para o grupo de 20%. A exemplo dos dados anteriores e conforme Paulo (2019), a proporção da renda entre os grupos selecionados revela que apesar da redução significativa da desigualdade, a mesma ainda permanece elevada. Isso demonstra que esse desafio ainda está longe de ser superado.

Decomposição da desigualdade por fontes

Na tabela 3, estão representadas as participações das fontes na renda mensal domiciliar *per capita* no período em estudo. Observa-se que a renda do trabalho e das aposentadorias e pensões públicas representam, como esperado, a maior parte do total de rendimentos no Brasil; resultados semelhantes podem ser encontrados em Hoffmann (2007) e Araújo (2014). Essas rendas somadas representam cerca de 95% da renda total no país. Dados como esse demonstram, conforme Barros *et al.* (2010) e Paulo (2019), que políticas que repercutem sobre o emprego e a renda do trabalho, bem como aquelas associadas à previdência pública, afetam de maneira incisiva a equidade social brasileira.

Tabela 3 - Participação das fontes selecionadas na renda mensal domiciliar *per capita* – 2004 /2015

Fonte/ Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
<i>TRA</i>	0,764	0,760	0,760	0,770	0,766	0,762	0,774	0,770	0,772	0,767	0,755
<i>APG</i>	0,180	0,181	0,179	0,179	0,181	0,188	0,181	0,179	0,183	0,182	0,198
<i>APP</i>	0,015	0,016	0,015	0,014	0,013	0,013	0,012	0,011	0,011	0,013	0,012
<i>ALU</i>	0,017	0,018	0,017	0,015	0,017	0,016	0,011	0,013	0,011	0,012	0,011
<i>DOU</i>	0,007	0,007	0,007	0,006	0,005	0,004	0,003	0,003	0,003	0,004	0,004
<i>TRS</i>	0,016	0,018	0,022	0,016	0,018	0,017	0,020	0,025	0,020	0,023	0,021
Total [Σ]	1,00										

Fonte: IBGE (2022).

A participação da fonte outros rendimentos (*TRS*), que inclui as transferências diretas de renda, era de 1,6% da renda mensal domiciliar *per capita*, em 2004, e aumenta sua proporção para pouco mais de 2%, em 2015. Essa fonte inclui também rendimentos diversos, não sendo restrita somente às transferências públicas. Todavia, conforme Hoffmann (2007), seu movimento encontra-se bastante associado às políticas de assistência social. Isso permite concluir que o aumento de sua participação reflete a intensificação das políticas de transferência que marcam esse período. As demais fontes representam proporções menores da renda brasileira, sendo que juntas, correspondem a 2,7% do rendimento médio familiar em 2015, contra 3,9%, em 2004. Essas fontes, somadas à renda oriunda do trabalho, tiveram uma redução na sua participação, em contraste com as demais, que aumentam, especialmente a participação da renda das aposentadorias e pensões públicas, com alta de 1,8 pontos percentuais.

Na tabela 4 estão as razões de concentração por fontes. Uma característica interessante desses dados é que eles permitem tipificar as fontes quanto à sua medida de progressividade na evolução da desigualdade. Destarte, conforme Hoffmann (2007, 2009), fontes cuja relação de concentração for maior que o índice de Gini, são classificadas como regressivas. De forma complementar, quando essa relação for menor que o índice de Gini, a fonte é do tipo progressiva, ou seja, contribui para reduzir a desigualdade.

Tabela 4 - Razões de concentração das rendas de fontes selecionadas– 2004 /2015

Fonte	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
<i>TRA</i>	0,564	0,562	0,561	0,553	0,542	0,540	0,536	0,535	0,535	0,529	0,528
<i>APG</i>	0,595	0,585	0,577	0,561	0,563	0,563	0,528	0,518	0,518	0,515	0,523
<i>APP</i>	0,567	0,614	0,580	0,547	0,488	0,489	0,480	0,458	0,465	0,496	0,470
<i>ALU</i>	0,786	0,789	0,790	0,788	0,798	0,774	0,776	0,803	0,787	0,767	0,751
<i>DOU</i>	0,461	0,412	0,444	0,419	0,437	0,395	0,368	0,327	0,362	0,266	0,252
<i>TRS</i>	0,150	0,228	0,114	-0,003	0,000	-0,115	-0,097	0,010	-0,206	-0,143	-0,203
Gini	0,566	0,564	0,558	0,548	0,539	0,535	0,524	0,521	0,519	0,513	0,512

Fonte: IBGE (2022).

Como constatado, nos dados anteriores, as rendas do trabalho e das aposentadorias e pensões públicas possuem as maiores participações na renda. Para a maior parte do período, essas fontes são regressivas. Isso se deve ao fato que juntas representam 98% da desigualdade brasileira, conforme dados da tabela 5. Por essa razão, são, especialmente no caso da renda do trabalho, os principais determinantes da desigualdade. Adicionalmente, essas rendas possuem um coeficiente de concentração elevado. Portanto, mesmo sendo importantes para a composição da renda mensal domiciliar *per capita*, elas são regressivas; um resultado semelhante pode ser encontrado em Araújo (2014, p. 9).

O ponto positivo é que, não obstante a sua regressividade na maior parte do tempo, ambas as fontes apresentam uma redução na razão de concentração, que caracteriza um cenário promissor para redução das desigualdades. Visto que as fontes que possuem a maior participação na renda e são responsáveis pela maior parte da desigualdade apresentam uma tendência a reduzir sua regressividade.

As rendas de aluguéis, segmento que tem uma pequena participação na renda e está mais associado à camada mais rica, é regressiva para o período e com elevado coeficiente de concentração. Ao contrário, rendimentos de doações e abonos e outros rendimentos (que incluem os aportes de transferências governamentais) são progressivos, o que contribui para diminuir a igualdade na distribuição da renda. Esse resultado é esperado, uma vez que essas fontes representam rendas assistenciais e se constituem normalmente em transferências para as camadas na base da pirâmide social. Tal padrão ajuda a reforçar a importância que programas sociais de transferência de renda têm para promoção de mais equidade na distribuição dos rendimentos e, conseqüentemente, na promoção de inclusão social.

Finalmente, a tabela 05 diz respeito à participação das fontes na variação do coeficiente de Gini. Ela apresenta, ainda, a participação percentual das fontes selecionadas no total do coeficiente de Gini, tanto no ano inicial como final da série.

Assim, de início notamos que as rendas do trabalho (TRA) e aposentadorias e pensões públicas (APG) são os principais determinantes da desigualdade de renda no Brasil. Juntas essas fontes representam 98% do total do índice de Gini em 2015, o que representa, inclusive, um aumento de 2,8% em relação a 2004.

Em adição, é possível decompor o efeito de cada fonte em dois componentes: o efeito-composição, que conforme Hoffmann (2007), entende-se como aquele que ocorre quando há alteração na razão de participação de uma fonte na composição da renda total; e o efeito-concentração, que corresponde à contribuição da redução da desigualdade da fonte sobre a desigualdade total.

Tabela 5 - Decomposição da variação do Gini por fontes selecionadas – 2004 /2015

Decomposição	Participação % no Gini (2004)	Participação % no Gini (2015)	Efeito-Composição	Efeito-Concentração	Efeito Total
<i>TRA</i>	76,2	77,8	0,1	50,4	50,5
<i>APG</i>	19,0	20,2	-0,6	25,4	24,7
<i>APP</i>	1,5	1,1	-0,1	2,4	2,3
<i>ALU</i>	2,4	1,6	2,8	0,9	3,8
<i>DOU</i>	0,6	0,2	-1,1	2,2	1,1
<i>TRS</i>	0,4	-0,8	5,4	12,2	17,7
Total [Σ]	100	100	6.5	93.5	100

Fonte: IBGE (2022).

Esses efeitos ajudam a se ter uma percepção mais clara dos fatores que estão associados à variação da desigualdade. No período, a variação do Gini foi de $\Delta G = -0.0540$, sendo dominada pelo efeito-concentração, que representa 93,5% da variação total, uma vez que não se registram grandes mudanças na composição do rendimento mensal domiciliar *per capita* (ver dados da tabela 3). Dentro do efeito-composição, apenas as fontes outros rendimentos e aluguéis têm uma contribuição minimamente relevante. No caso dos aluguéis (ALU), por ser uma fonte regressiva (tabela 4), que diminui sua participação da renda total (tabela 3), há uma contribuição de 2,8 pontos percentuais na variação por esse efeito. Para a fonte Outros Rendimentos (TRS), a contribuição positiva de 5,4 pontos ocorre em virtude dessa fonte ser progressiva e aumentar sua participação.

Se por um lado as alterações na composição do rendimento mensal per capita das famílias brasileiras não são tão intensas, registra-se uma maior latência sobre as desigualdades específicas das fontes, o que produz um efeito-concentração maior. Assim, dentre os destaques mais marcantes, as transformações do mundo do trabalho, como aumento do nível de emprego e da renda dos trabalhadores, elementos que caracterizam o período, são responsáveis por mais da metade da queda da desigualdade. Com isso, as rendas oriundas do trabalho (TRA) representam 50,5% da redução do hiato de renda no Brasil. Os elementos que explicam tal redução merecem uma investigação à parte; aqui, simplesmente assinala-se sua importância para o contexto de promoção da igualdade.

Ressalta-se que em estudos como Hoffmann (2007), que também promove um exercício de decomposição da variação da desigualdade para o ciclo 2001-2007, esse valor é bem maior, cerca de 60%. Isso mostra que o peso percentual das fontes na

variação da desigualdade é bastante sensível ao período inicial e final escolhido para a decomposição. Isso reforça a importância desse estudo e a escolha do período de análise, ao apresentar os valores consolidados entre 2004 e 2015, período em que há dados comparáveis e completos, com inclusão de áreas rurais de todas as regiões brasileiras. E, no qual se finaliza o ciclo de queda da desigualdade no país.

Por sua vez, as aposentadorias e pensões públicas (APG) representaram cerca de $\frac{1}{4}$ da redução do coeficiente de Gini, com domínio do efeito-concentração, ou seja, essa fonte ficou menos concentrada no período, o que contribui para redução da desigualdade total. Como visto anteriormente, a APG é uma fonte regressiva e que aumenta sua participação no rendimento total, por essa razão, pelo efeito-composição, ela contribui 0,6 pontos percentuais para aumentar a desigualdade total. Todavia, esse resultado é mais que compensado pelo efeito-concentração. Junto com a renda do trabalho (TRA), essas fontes respondem por cerca de 75% da redução da desigualdade.

As aposentadorias e pensões privadas (APP) e os rendimentos provenientes de aluguéis (ALU) possuem uma contribuição menor, 2,3% e 3,8%, respectivamente, porém, ainda no sentido de redução, ou seja, essas rendas tornaram-se menos desiguais e no caso dos aluguéis, uma fonte regressiva, havendo uma redução em sua participação, há uma consequente redução da desigualdade total.

Para o caso dos rendimentos de doações e abonos (DOU), observa-se um efeito composição negativo em 1,1%. Isso indica que a fonte contribui para aumentar a concentração de renda por essa dimensão, visto se trata de uma fonte progressiva que diminui sua participação na renda total, o que leva a um aumento do hiato de renda. No entanto, seu efeito líquido é positivo, dado que o efeito-concentração (2,2%) é suficiente para anular o efeito-composição e superá-lo.

Por fim, tem-se o caso da fonte Juros e Transferências Direta (TRS), que possui um efeito-total de 18%. Desse efeito, 5,4% correspondem ao efeito-composição e 12,3% por meio do efeito-concentração, apesar dessa fonte corresponder somente a 2,2% da renda total (tabela 2). Nota-se, portanto, que seu peso sobre a redução dos desvios de renda é elevado. Uma nota importante sobre essa variável é que ela inclui, além dos gastos de transferência direta de programas sociais, juros e dividendos. Todavia, espera-se que renda puramente financeiras, como juros e pagamentos de dividendos, inclinam-se mais a aumentar as distorções na distribuição, ao invés de reduzi-las, uma vez que estão mais associados às camadas mais ricas. Assim, boa parte do efeito dessa fonte pode ser, de fato, creditado aos programas sociais. Adicionalmente, a trajetória histórica da evolução dessa variável, como pode ser visto em Hoffmann (2007), corresponde à intensificação dos programas de assistência social. Logo, pode-se pontuar que o Brasil se beneficiou dos programas de transferências de renda experimentados nesse período no tocante à redução das assimetrias de distribuição de renda.

Considerações Finais

A percepção de uma elevada e crônica falta de equidade é um elemento inerente ao contexto social brasileiro. Ela se expressa nos mais variados indicadores, inclusive de renda, e está enraizada na matriz de desenvolvimento historicamente escolhida pelo país. Esse modelo produziu um tecido social extremamente desigual

que demanda enorme esforço para ser superado. Todavia, na primeira década do século XXI, assistiu-se uma suavização dos indicadores de desigualdade.

As implicações dessa queda das distorções de renda ainda são objeto de estudo no contexto das Ciências Sociais e seu espectro de efeitos vão desde pressões para mudanças nas relações de trabalho, até emancipação e empoderamento de grupos da população. Entretanto, sobre os fenômenos determinantes dessa redução, é sabido que uma miscelânea de fatores econômicos e sociais contribuíram efetivamente para que a desigualdade de renda se suavizasse no Brasil.

Este trabalho buscou dar uma contribuição a essa discussão, ao investigar como diversas parcelas do rendimento dos brasileiros estão associados com a desigualdade. Notou-se, primeiramente, que a renda do trabalho, com ênfase em seu efeito-concentração, é responsável pela maior parte da redução do coeficiente de desigualdade total. Esse resultado reforça evidências que fenômenos que marcaram a evolução do mercado de trabalho durante o período, como valorização real do salário, queda da informalidade e aumento do emprego, tiveram uma importante contribuição na redução das disparidades sociais.

Em sequência, as chamadas aposentadoria e pensões públicas tiveram uma contribuição de 24,7% para redução da desigualdade. Isso representa a segunda maior participação e reforça a importância do sistema de seguridade pública para a promoção de uma maior justiça social no país. O sistema de seguridade privado, ainda distante para grande parte da população, teve uma contribuição bem menos significativa de 2,3%, mais ainda no sentido de reduzir a desigualdade.

Por sua vez, um conjunto de políticas sociais em expansão, pelo menos para o período da pesquisa, também está fortemente associado com a redução das disparidades sociais. A fonte que congrega os aportes de transferências públicas de renda teve uma contribuição de 17,7%. A pesquisa não especifica explicitamente a participação desses programas nessa redução, mas se sabe que esse efeito está fortemente associado aos programas de transferência de renda.

Com isso, pode-se estabelecer que a queda nos hiatos de renda no Brasil é fruto de um sistema de emprego-seguridade-assistência que permitiu, ao menos no período, uma queda contínua da desigualdade. Todavia, parte do progresso registrado é fruto de políticas de caráter não permanente, como políticas estruturais de Estado, ou cuja manutenção no futuro é incerta. Assim, não obstante aos avanços, elas não promovem reformas profundas na estrutura de inequidade social do país, o que tornaria essa redução sistêmica e permanente.

Apesar de não estar no escopo de avaliação deste trabalho, alterações recentes no campo político e econômico brasileiro ameaçam, de forma inconteste, os avanços obtidos na redução das desigualdades no Brasil. Passada a crise mais profunda do biênio 2015-2016, onde as taxas de crescimento do PIB atingem -3,55% e -3,31%, a economia permanece estagnada entre 2017 e 2019, após a ruptura institucional e democrática consubstanciada na queda do governo de Dilma Rousseff, com média de crescimento de apenas 1,1% no período (IBGE, 2022). Nesse sentido, a perda do dinamismo da economia afeta a performance do mercado de trabalho e dos indicadores de pobreza e desigualdade no Brasil, cenário que deve se aprofundar pela crise duradoura e profunda determinada pela pandemia global, associada à Covid 19.

A austeridade fiscal, em curso desde 2016, tem reflexos imediatos na condução dos gastos sociais no Brasil, que não se constituem materialmente uma política de Estado, o que afeta um importante componente que tem contribuído para a redução das desigualdades, as transferências de renda. As reformas previdenciária e trabalhista atingem, por sua, as rendas do trabalho e previdenciária, elementos, que como visto, contribuíram efetivamente para a redução da desigualdade no Brasil. Esses elementos colocam urgente desafio para que um novo projeto de desenvolvimento seja pensado e discutido pelo conjunto da sociedade brasileira.

Referências

ARAUJO, J. A. Desigualdade de renda e sua decomposição no Brasil e nas regiões brasileiras. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, n. 4, p. 35-51, 2014.

ARAÚJO, V. L.; PIRES, M. Políticas econômicas para superação da crise no Brasil: a ação anticíclica em debate. *In*: CARDOSO JÚNIOR, J. C. (ed.). **Brasil em desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2010.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. *In*: SADER, E.; GARCIA, M. A. (ed.). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, 2010. v. 1, p. 57-110.

BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2006.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2003>. Acesso em: 23 set. 2022.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **Determinantes da queda da desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. (Texto para discussão, n. 1460).

CARDOSO JUNIOR, J. C. **Brasil em desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2009.

CARVALHO, C. E. O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção. **Economia**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 283-331, 2003.

CASTRO, J. A.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. Políticas sociais no Brasil: gasto social do governo federal de 1988 a 2002. *In*: JACCOUD, L. (ed.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 261-318.

ESTEVES, B.; PERO, V.; DUQUE, D. **Desigualdade de renda e informalidade do trabalho: um a análise RIF para o Brasil de 2012 a 2019**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos sobre Desigualdade e Pobreza, 2001.

FAGNANI, E. A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Ser Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 41-80, 2011.

FERREIRA, F. H. G. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro, 2000.

FURTADO, C. M. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

HOFFMAN, R. Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 213-231, 2009.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil e em cinco regiões, entre 1997 e 2005. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (ed.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007. p. 17-40.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: microdados. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>. Acesso em: 23 set. 2022.

LERMAN, R. I.; YITZHAKI, S. income inequality effects by income source: a new approach and applications to the United States. **The Review of Economics and Statistics**, Cambridge, v. 67, n. 1, p. 151-156, 1985.

LÓPEZ-FELDMAN, A.; MORA, J.; TAYLOR, J. E. Does natural resource extraction mitigate poverty and inequality? Evidence from rural Mexico and a Lacandona Rainforest Community. **Environment and Development Economics**, Cambridge, v. 12, n. 2, p. 251, 2007.

LOPREATO, F. L. **Aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma**. Brasília: IPEA, 2015.

PAULO, E. M. Decomposição da variação da desigualdade de renda por fontes na região sul do Brasil. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 26, n. 1, 2019.

PRATA, P. R. Desenvolvimento econômico, desigualdade e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 387-391, 1994.

ROCHA, S. O declínio sustentado da desigualdade de renda no Brasil (1997-2009). **Revista Economia**, Niterói, v. 13, n. 3, p. 629-645, 2012.

ROCHA, S. **Pobreza no nordeste: a evolução nos últimos trinta anos, 1970-1999**. Fortaleza: Banco de Nordeste, 2003.

RODRIGUES, A. S.; ALVES, C. L. B.; PAULO, E. M. Trajetória recente dos gastos sociais e da pobreza no estado da Bahia: considerações para o período de 2003-2009. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 22, n. 1, p. 205-228, 2012.

RODRIGUES, A. S.; ALVES, C. L. B.; PINHEIRO, V. F. Reflexões sobre trama metropolitana no contexto da urbanização da região do Cariri. **Desenvolvimento**

Regional em Debate, Canoinhas, v. 4, n. 2, p. 204–231, 2014.

SILVEIRA, G. **Desigualdade social e complexidade na economia brasileira: uma análise Furtadiana**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SOARES, S. S. D. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para discussão, n. 1166). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1670/1/TD_1166.pdf. Acesso em: 23 set. 2022.